

PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIMIRIM

ANEXO 14 - BALANÇO PATRIMONIAL

Dezembro(31/12/2017)

CONSOLIDADO

Exercício de 2017

1 of 3

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior	ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior
ATIVO CIRCULANTE	9.265.980,10	10.602.601,38	PASSIVO CIRCULANTE	9.926.560,29	9.165.593,21
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	3.794.371,46	5.089.207,80	OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS, PREVIDENCIÁRIAS E ASSI	3.768.872,65	3.147.012,71
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA EM MOEDA NACIONAL	3.794.371,46	5.089.207,80	PESSOAL A PAGAR	1.340.569,99	544.675,97
CAIXA	F 1.463.475,71	1.463.475,71	PESSOAL A PAGAR	F 1.337.423,65	541.529,63
CONTA ÚNICA	F 2.328.610,44	3.611.539,43	PRECATÓRIOS DE PESSOAL - REGIME ESPECIAL	F 3.146,34	3.146,34
CONTA ÚNICA RPPS	F 2.285,31	14.192,66	BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS A PAGAR	284.417,42	256.015,20
CRÉDITOS A CURTO PRAZO	213.915,00	248.124,54	BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS A PAGAR	F 284.417,42	256.015,20
DÍVIDA ATIVA TRIBUTÁRIA	213.915,00	248.124,54	ENCARGOS SOCIAIS A PAGAR	2.143.885,24	2.346.321,54
DÍVIDA ATIVA TRIBUTÁRIA DOS IMPOSTOS	P 213.915,00	248.124,54	CONTRIBUIÇÕES AO RGPS A PAGAR	F 5.655,31	0,00
DEMAIS CRÉDITOS E VALORES A CURTO PRAZO	5.182.180,84	5.181.005,91	OUTROS ENCARGOS SOCIAIS	F 52.989,14	64.055,14
ADIANTAMENTOS CONCEDIDOS	300,00	300,00	CONTRIBUIÇÃO A REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA (RPPS)	F 1.160.080,76	998.142,36
ADIANTAMENTOS DIVERSOS CONCEDIDOS	P 300,00	300,00	CONTRIBUIÇÕES AO RGPS A PAGAR	F 924.123,53	1.284.124,04
DEPÓSITOS RESTITUÍVEIS E VALORES VINCULADOS	3.146,32	3.146,32	OUTROS ENCARGOS SOCIAIS	F 1.036,50	0,00
DEPÓSITOS ESPECIAIS	F 3.146,32	3.146,32	FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR A CURTO PRAZ	3.072.570,81	2.788.646,72
OUTROS CRÉDITOS A RECEBER E VALORES A CURTO PRAZO	5.178.734,52	5.177.559,59	FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR NACIONAIS A CURTO PRAZ	3.072.570,81	2.788.646,72
VALORES EM TRÂNSITO REALIZÁVEIS A CURTO PRAZO	F 8.972,36	8.972,36	FORNECEDORES NACIONAIS	F 3.037.524,44	2.785.146,72
CRÉDITOS A RECEBER POR REEMBOLSO DE SALÁRIO FAMÍLIA PAGO	F 53.871,41	66.828,33	CONTAS A PAGAR CREDORES NACIONAIS	F 475,00	3.500,00
CRÉDITOS A RECEBER POR REEMBOLSO DE SALÁRIO MATERNIDADE	F 349.744,94	335.613,09	PRECATÓRIOS DE FORNECEDORES NACIONAIS - REGIME ORDINÁRIO	F 34.569,81	0,00
OUTROS CRÉDITOS A RECEBER E VALORES DE CURTO PRAZO	P 267.891,57	267.891,57	PRECATÓRIOS DE FORNECEDORES NACIONAIS - REGIME ESPECIAL	P 1,54	0,00
CRÉDITOS A RECEBER DE ENTIDADES ESTADUAIS, DISTRITAIS E MUN	P 4.498.254,24	4.498.254,24	PRECATÓRIOS DE FORNECEDORES NACIONAIS - REGIME ORDINÁRIO	P 0,02	0,00
INVESTIMENTOS E APLICAÇÕES TEMPORÁRIAS A CURTO PRAZO	75.512,80	84.263,13	OBRIGAÇÕES FISCAIS A CURTO PRAZO	6.023,20	0,00
TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS	75.512,80	84.263,13	OBRIGAÇÕES FISCAIS A CURTO PRAZO COM A UNIÃO	6.023,20	0,00
APLICAÇÕES EM SEGMENTO DE RENDA FIXA - RPPS	F 75.512,80	84.263,13	OUTROS TRIBUTOS E CONTRIBUIÇÕES FEDERAIS A RECOLHER	F 6.023,20	0,00
ATIVO NÃO CIRCULANTE	33.376.471,86	28.846.168,67	DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO	3.079.093,63	3.229.933,78
ATIVO REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	937.881,69	959.404,77	VALORES RESTITUÍVEIS	3.071.093,63	3.220.053,78
CRÉDITOS A LONGO PRAZO	937.881,69	959.404,77	CONSIGNAÇÕES	F 3.063.089,95	3.212.050,10
DÍVIDA ATIVA TRIBUTÁRIA	P 937.881,69	959.404,77	DEPÓSITOS NÃO JUDICIAIS	F 8.003,68	8.003,68
IMOBILIZADO	32.438.590,17	27.886.763,90	OUTRAS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO	8.000,00	9.880,00
BENS MÓVEIS	18.873.678,57	17.499.603,06	TERMOS DE PARCERIA A PAGAR	F 8.000,00	0,00
PEÇAS E CONJUNTOS DE REPOSIÇÃO	P 3.026,57	3.026,57	CONTRATOS DE GESTÃO A PAGAR	F 0,00	9.880,00
BENS DE INFORMÁTICA	P 24.214,99	24.214,99	PASSIVO NÃO-CIRCULANTE	60.713.922,44	60.078.183,95
MATERIAIS CULTURAIS, EDUCACIONAIS E DE COMUNICAÇÃO	P 8.752,00	8.752,00	OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS, PREVIDENCIÁRIAS E ASSISTEN	9.990.538,13	10.225.458,28
MÁQUINAS, APARELHOS, EQUIPAMENTOS E FERRAMENTAS	P 1.378.570,33	1.346.603,68	ENCARGOS SOCIAIS A PAGAR	9.990.538,13	10.225.458,28
MÓVEIS E UTENSÍLIOS	P 11.349.445,57	11.342.405,77	CONTRIBUIÇÃO A REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA (RPPS)	P 1.645.811,02	1.645.811,02
VEÍCULOS	P 1.061.345,00	317.245,00	INSS A PAGAR	P 8.344.727,11	8.579.647,26
DEMAIS BENS MÓVEIS	P 5.048.324,11	4.457.355,05	FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR A LONGO PRAZ	NOTA-14 -272.247,02	-28.682,99
BENS IMÓVEIS	13.564.911,60	10.387.160,84	FORNECEDORES NACIONAIS E CONTAS A PAGAR A LONGO PRAZ	-272.247,02	-28.682,99
BENS DE USO ESPECIAL	P 95.272,72	95.272,72	FORNECEDORES NACIONAIS	P -272.247,02	-28.682,99
BENS IMÓVEIS EM ANDAMENTO	P 3.505.486,50	2.955.381,13	PROVISÕES A LONGO PRAZO	47.683.065,40	46.299.706,21
DEMAIS BENS IMÓVEIS	P 9.964.152,38	7.336.506,99	PROVISÕES MATEMÁTICAS PREVIDENCIÁRIAS A LONGO PRAZO	47.683.065,40	46.299.706,21
TOTAL	42.642.451,96	39.448.770,05			



PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIMIRIM

ANEXO 14 - BALANÇO PATRIMONIAL

Dezembro(31/12/2017)

Exercício de 2017

2 of 3

CONSOLIDADO

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior	ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior
			PLANO FINANCEIRO - PROVISÕES DE BENEFÍCIOS CONCEDIDOS	P 43.069.671,98	43.069.671,98
			PLANO PREVIDENCIÁRIO - PROVISÕES DE BENEFÍCIOS CONCEDIDOS	P 40.426.811,89	28.166.103,23
			PLANO PREVIDENCIÁRIO - PROVISÕES DE BENEFÍCIOS A CONCEDER	P 41.576.977,41	38.070.512,97
			PLANO PREVIDENCIÁRIO - PLANO DE AMORTIZAÇÃO	P -77.390.395,88	-63.006.581,97
			DEMAIS OBRIGAÇÕES A LONGO PRAZO	3.312.565,93	3.581.702,45
			OUTRAS OBRIGAÇÕES A LONGO PRAZO	3.312.565,93	3.581.702,45
			PARCELAMENTO COM CELPE	P 3.279.473,35	3.548.609,87
			PARCELAMENTO COM COMPESA	P 33.092,58	33.092,58
			TOTAL PASSIVO	70.640.482,73	69.243.777,16
			PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
			ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior
			PATRIMÔNIO LÍQUIDO	NOTA-15	-27.998.030,77
					-29.795.007,11
			PATRIMÔNIO SOCIAL E CAPITAL SOCIAL	0,00	0,00
			PATRIMÔNIO SOCIAL	0,00	0,00
			PATRIMÔNIO SOCIAL - CONSOLIDAÇÃO	P 86.396,74	86.396,74
			PATRIMÔNIO SOCIAL - CONSOLIDAÇÃO	X -86.396,74	-86.396,74
			RESULTADOS ACUMULADOS	-27.998.030,77	-29.795.007,11
			SUPERÁVITS OU DÉFICITS ACUMULADOS	-27.998.030,77	-29.795.007,11
			SUPERÁVITS OU DÉFICITS DO EXERCÍCIO	P 1.796.976,34	7.048.395,67
			SUPERÁVITS OU DÉFICITS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	P -29.795.007,11	-36.843.402,78
			TOTAL PATRIMÔNIO LÍQUIDO	-27.998.030,77	-29.795.007,11
			TOTAL	42.642.451,96	39.448.770,05

ATIVO FINANCEIRO	4.285.619,29	5.588.031,03	PASSIVO FINANCEIRO (9.926.558,73)+ Restos não Processado(5.550.665,22)	15.477.223,95	19.127.711,65
ATIVO PERMANENTE	38.356.832,67	33.860.739,02	PASSIVO PERMANENTE	60.713.924,00	60.078.183,95
			SALDO PATRIMONIAL	-33.548.695,99	-39.757.125,55



PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIMIRIM

ANEXO 14 - BALANÇO PATRIMONIAL

Dezembro(31/12/2017)

Exercício de 2017

3 of 3

ESPECIFICAÇÃO			ESPECIFICAÇÃO		
SALDOS DOS ATOS POTENCIAIS ATIVOS (Contas do Grupo 811xxxxx)	Exercício Atual	Exercício Anterior	SALDOS DOS ATOS POTENCIAIS PASSIVOS (Contas do Grupo 812xxxxx)	Exercício Atual	Exercício Anterior
			COMPENSAÇÕES	13.532.370,36	13.546.570,36
			EXECUÇÃO DE OBRIGAÇÕES CONVENIADAS E OUTROS INSTRUMENT	0,00	14.200,00
			EXECUÇÃO DE OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS	13.532.370,36	13.532.370,36
			TOTAL	13.532.370,36	13.546.570,36



MUNICÍPIO DE IBIMIRIM

NOTAS EXPLICATIVAS DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS CONSOLIDADAS (ANEXO 14 - BALANÇO PATRIMONIAL DA LEI Nº 4.320/64 - MCASP)



Documento Assinado Digitalmente por: FRANCIANE APARECIDA RIBEIRO DE ARAUJO, JOSE ADAUTO DA SILVA, THIAGO RODRIGO DE SA
Acesse em: https://tce.ce.gov.br/epv/validaDoc.seam Código do documento: be06dd0c-0917-4e3b-466b-68dee88c4d93

a) INFORMAÇÕES GERAIS:

Nome do órgão ou entidade: Prefeitura Municipal de Ibimirim (PE)
Natureza jurídica (conforme código da RFB): 124-4 - Município.
CNPJ: 10.105.971/0001-50.
Domicílio do órgão ou entidade: AVENIDA CASTRO ALVES, nº – Bairro: CENTRO – Cidade: IBIMIRIM – Pernambuco – CEP: 56.580.000
Natureza das operações e principais atividades do órgão ou entidade: A Prefeitura Municipal de Ibimirim concebida quanto a natureza jurídica perante a Receita Federal do Brasil através do código 124-4 “Município” possui como atividade principal “a administração pública geral”. Tem como atividade principal a manutenção das ações e serviços públicos municipais, bem como a realização de investimentos necessários no serviço público e infraestrutura urbana. A natureza de suas operações deriva da arrecadação de tributos e demais receitas correntes, além de repasses dos governos estadual e federal através dos repasses fundo a fundo ou de convênios (receitas de capital). A população estimada pelo IBGE é de 29.985 habitantes, tendo como coeficiente do Fundo de Participação dos Municípios (FPM) o índice de 1.4. Durante o exercício de 2017 a execução orçamentária foi feita baseada na Lei Municipal nº 759 de 28 de Outubro de 2016 (LOA 2017).
Declaração de conformidade com a legislação e com as normas de contabilidade aplicáveis: Este balanço contábil foi elaborado de acordo com a estrutura definida na Lei Federal nº 4.320/64, atualizado pela Portaria STN nº 840/2016 que estabeleceu o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP) 7ª Edição. Os registros contábeis estão aderentes as regras estabelecidas nas Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBCASP) do Conselho Federal de Contabilidade (CFC), com destaque para a NBC TSP Estrutura Conceitual e NBC TSP 16.6 RI. As situações contábeis não previstas na legislação e nas normas de contabilidade foram tratadas segundo as regras do <i>International Federation of Accountants (IFAC)</i> através das <i>International Public Sector Accounting Standards (IPSAS)</i> das quais destacamos a de número 9, 12, 16, 17, 19, 21, 23, 26, 31 e 32. Quanto aos aspectos de escrituração e consolidação das contas este demonstrativo atende as exigências contidas no art. 50 da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF).
Consolidação das demonstrações contábeis: A consolidação desta demonstração contábil abrange o Poder Legislativo e Executivo, bem como os órgãos da administração direta e indireta, incluindo os fundos, conforme relação a seguir: 8) Câmara Municipal de Vereadores de Ibimirim; 9) Prefeitura Municipal de Ibimirim; 10) Fundos Municipal de Saúde (FMS); 11) Fundo Municipal de Assistência Social (FMAS); 12) Fundo Municipal de Educação (FME); 13) Fundo Municipal de Defesa da Criança e ao Adolescente (FUNDECA); 14) Instituto de Previdência Próprio dos Servidores Municipais de Ibimirim.
Dados do gestor (Prefeito (a) do Município): Nome: JOSÉ ADAUTO DA SILVA. Cargo: PREFEITO. Período de gestão: 01/01/2013 a 31/12/2020.
Dados do contador (a) responsável pelos aspectos formais das demonstrações contábeis, inclusive as notas explicativas: Nome: THIAGO RODRIGO DE SÁ. CRC-PE nº 027379/O-6. E-mail: thiagorodrigo.sa@hotmail.com.
Dados do Controlador Geral do Município: Nome: FRANCIANE APARECIDA RIBEIRO DE ARAÚJO. Portaria nº: 051/2017. E-mail: nanearaujo2010@hotmail.com.
Nome do Software de Contabilidade utilizado no município: Câmara de Vereadores – E-ticons; Prefeitura Municipal – Fiorilli SCPI-8; Fundos - Fiorilli SCPI-8; RPPS - Fiorilli SCPI-8.
Endereço eletrônico do Portal da Transparência: http://netuse.inf.br/ibimirim_j/portaltransparencia/

b) RESUMO DAS POLÍTICAS CONTÁBEIS SIGNIFICATIVAS:

<p>b.1. Resumo das políticas contábeis significativas: Os registros dos atos e fatos que deram suporte a elaboração desta demonstração, seguiram os princípios contábeis da entidade, continuidade, oportunidade, registro pelo valor original, competência e prudência, explícitos e implícitos nas Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBCASP). Os lançamentos nos sistemas orçamentário, financeiro e patrimonial foram realizados pelo método das partidas dobradas em atendimento ao art. 86 da Lei Federal nº 4.320/64. A estrutura das demonstrações contábeis obedeceu às regras estabelecidas na parte V do MCASP 7ª Edição da Secretaria do Tesouro Nacional (STN), bem como da NBC TSP 16.6. Na consolidação das demonstrações contábeis foi/não foi considerado o 5º nível do Plano de Contas Aplicado ao Setor Público (PCASP) igual a 2 que compreendem os saldos que serão excluídos nos demonstrativos consolidados, conforme Nota 1 “a” do Anexo I da Resolução TC nº 027/2017.</p>
<p>b.2. Bases de mensuração utilizadas: Os ativos e passivos resultantes da execução orçamentária do exercício de 2017 foram mensurados inicialmente a custo histórico como determina a Resolução CFC nº 1.137/2008. Não houve mensuração de ativos e passivos com base no valor realizável líquido, valor justo ou valor recuperável. Quanto aos bens do imobilizado, não houve mais de uma base de mensuração de classes de ativos similares, bem como não houve reavaliação de bens. Não foram registrados no exercício bens por doação.</p>
<p>b.3. Novas normas e políticas contábeis alteradas: Não houve mudanças nas políticas contábeis que impliquem em alterações significativas nos demonstrativos decorrentes de normas de contabilidade ou que tenham por objetivo tornar a informação confiável e relevante sobre os efeitos das transações ou outros eventos ou condições acerca da posição orçamentária, patrimonial, do resultado patrimonial ou dos fluxos de caixa. No exercício de 2017 foram evidenciados de forma segregada nas demonstrações contábeis em atendimento as NBCASP, além dos atos potenciais no sistema compensado decorrentes dos contratos de prestação de serviços em execução. O grande objetivo destas importantes mudanças que nos propomos a encampar é o de evidenciar o patrimônio público da forma mais clara possível permitindo a sociedade e aos órgãos de controle e fiscalização o adequado entendimento.</p>
<p>b.4. Julgamentos pela aplicação das políticas contábeis:</p> <p>a) Classificação de ativos: Não houve mais de uma base de mensuração de classes de ativos similares.</p> <p>b) Constituição de provisões: Não houve constituições de provisões.</p> <p>c) Reconhecimento de variações patrimoniais: Não houve eventos especiais ou significativos de reconhecimento de variações patrimoniais aumentativas ou diminutivas, além das decorrentes da execução orçamentária normal do exercício.</p> <p>d) Transferência de riscos e benefícios significativos sobre a propriedade de ativos para outras entidades: Não houve transferência de propriedade de ativos para outras entidades.</p>



c) INFORMAÇÕES DE SUPORTE E DETALHAMENTO DE ITENS APRESENTADOS NAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS:

c.1.Referências cruzadas e notas explicativas:

A seguir será apresentada de forma sistemática as referências cruzadas com o título "Nota" seguida do respectivo número, baseadas em grupos de contas ou informações do demonstrativo contábil facilitando a interpretação dos usuários.

**Anexo 14 – Balanço Patrimonial da Lei Federal nº 4.320/64 em 31/12/2017
(REFERÊNCIAS CRUZADAS E NOTAS)**

Nota 1) ATIVO CIRCULANTE: Os bens e direitos de curto prazo evidenciados no Balanço Patrimonial do exercício de 2017 foram de R\$ 9.265.980,10, compostos de caixa e equivalentes de caixa, créditos a curto prazo, demais créditos e valores, investimentos, estoque e variações patrimoniais diminutivas pagas antecipadamente.

Nota 2) CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA: O saldo das disponibilidades financeiras deixadas em 31/12/2017 somam R\$ 3.869.884,26. É composto por R\$ 1.463.475,71 (caixa), R\$ 2.328.610,44 relativos a recursos em conta corrente e R\$ 75.512,80 em aplicações de renda fixa ou poupança. O valor disponível apresentou Redução de R\$ 1.303.586,67 em relação ao exercício de 2016 que foi de R\$ 5.173.470,93.

Nota 3) CRÉDITOS A CURTO PRAZO: Ao final do exercício classificação dos ativos a curto prazo mostra que o valor evidenciado de Créditos Tributários à Receber foi de R\$ 213.915,00, provenientes da Dívida Ativa Tributária.

Nota 4) DEMAIS CRÉDITOS E VALORES A CURTO PRAZO: O valor evidenciado no total de R\$ 5.182.180,84, correspondem a: ADIANTAMENTOS CONCEDIDOS, DEPÓSITOS RESTITUÍVEIS E VALORES VINCULADOS E OUTROS CRÉDITOS A RECEBER E VALORES A CURTO PRAZO.

Nota 5) INVESTIMENTOS E APLICAÇÕES TEMPORÁRIAS A CURTO PRAZO: O valor evidenciado no total de R\$ 75.512,80, corresponde a: TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS.

Nota 6) ATIVO NÃO CIRCULANTE: Os ativos de longo prazo, composto do Ativo Realizável a Longo Prazo, Investimentos, imobilizado e Intangível totalizam R\$ 33.376.471,86.

Nota 7) CRÉDITOS A LONGO PRAZO: O valor de R\$ 937.881,69, corresponde a Dívida Ativa Tributária.

Nota 8) IMOBILIZADO: O valor do imobilizado ao final do exercício de 2016 totalizou R\$ 27.886.763,90. No exercício de 2017 houve a incorporação de novos ativos imobilizados no valor de R\$ 4.551.826,27, sendo R\$ 1.374.075,51, de bens móveis e R\$ 3.177.750,76 de Bens Imóveis. Somando o saldo de 2016 mais as incorporações de 2017 temos o saldo ao final de R\$ 32.438.590,17.

Nota 9) PASSIVO CIRCULANTE: As dívidas e demais obrigações de curto prazo ao final do exercício de 2017 foram de R\$ 9.926.560,29. O índice de liquidez corrente em 2017 foi de 0,93%. Ou seja, para cada R\$ 1,00 de dívida de curto prazo a entidade possui R\$ 0,93 de ativos de curto prazo para cobrir. O índice de liquidez seca foi de 0,93%, pois o município não possui estoques.

Nota 10) OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS, PREVIDENCIÁRIAS E ASSISTENCIAIS A PAGAR A CURTO PRAZO: Ficou em restos a pagar o montante de R\$ 3.768.872,65. Aumento de R\$ 621.859,94, quando comparado com o exercício anterior que foi de R\$ 3.147.012,71.

Nota 11) FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR (CURTO PRAZO): Ao final do exercício de 2017 ficou em restos a pagar o valor de R\$ 3.072.570,81 relativo a fornecedores e contas a pagar. Aumento de R\$ 283.924,09, quando comparado com o exercício anterior que foi de R\$ 2.788.646,72.

Nota 12) PASSIVO NÃO CIRCULANTE: As obrigações de longo prazo ao final de 2017 somam R\$ 60.713.922,44, decorrentes de obrigações trabalhistas, previdenciárias e assistenciais a pagar, empréstimos e financiamentos, fornecedores, obrigações fiscais, provisões e demais obrigações.

Nota 13) OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS, PREVIDENCIÁRIAS E ASSISTENCIAIS A PAGAR A LONGO PRAZO: Ficou em restos a pagar o montante de R\$ 9.990.538,13. Redução de R\$ 234.920,15, quando comparado com o exercício anterior que foi de R\$ 10.225.458,28. Este valor é relativo a Encargos Sociais a Pagar.

Nota 14) FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR (LONGO PRAZO): Ao final do exercício de 2017 ficou em restos a pagar o valor de R\$ -272.247,02 relativo a fornecedores e contas a pagar. Redução de R\$ -243.564,03, quando comparado com o exercício anterior que foi de R\$ -28.682,99.

Nota 15) PATRIMÔNIO LÍQUIDO: O patrimônio líquido da entidade perfez em 2017 o valor de R\$ -27.998.030,77, composto do resultado do exercício no valor de R\$ 1.796.976,34, em comparação com o resultado de exercícios anteriores no valor de R\$ -29.795.007,11.

d) OUTRAS INFORMAÇÕES RELEVANTES:

d.1.Passivos contingentes e compromissos contratuais não reconhecidos:

Não houve registro e execução de passivos contingentes dos previstos na Lei de Diretrizes Orçamentárias.

d.2. Divulgações não financeiras:

Não foi necessário adotar política de gestão de risco financeiro pela entidade.

d.3. Reconhecimento de inconformidades que podem afetar a compreensão do usuário sobre o desempenho e o direcionamento das operações da entidade no futuro:

Não há eventos que possam afetar a compreensão do usuário quanto ao desempenho futura das operações da entidade.

d.4. Ajustes decorrentes da omissão e erros de registros:

Não foram feitos ajustes significativos decorrentes da omissão e erros de registro para este exercício.

e) INFORMAÇÕES ADICIONAIS EXIGIDAS PELO ANEXO X E XIII DA RESOLUÇÃO TCE-PE Nº 027/2017 E PELO ÍNDICE DE CONSISTÊNCIA E CONVERGÊNCIA CONTÁBIL (ICC) DO TCE-PE:



<p>e.1.Estrutura e Apresentação das Demonstrações Contábeis: Esta demonstração contábil atende as exigências do Índice de Consistência Contábil (ICC) do TCE-PE, apresentando quadro principal dos ativos, incluindo na coluna do ativo: Ativo Circulante (caixa e equivalente de caixa, créditos de curto prazo, investimentos e aplicações temporárias a curto prazo, estoques, variações diminutivas pagas antecipadamente) e Ativo Não Circulante (Realizável a longo prazo: créditos a longo prazo, investimentos temporários a longo prazo, estoques, variações diminutivas pagas antecipadamente; Investimentos, Imobilizado e Intangível). No passivo este balanço apresenta quadro principal incluindo na coluna do passivo: Passivo Circulante (obrigações trabalhistas, previdenciárias e assistenciais a pagar de curto prazo, empréstimos e financiamentos a curto prazo, fornecedores e contas a pagar a curto prazo, obrigações fiscais a curto prazo, demais obrigações a curto prazo) e Passivo não Circulante (obrigações trabalhistas, previdenciárias e assistenciais a pagar de longo prazo, empréstimos e financiamentos a longo prazo, fornecedores e contas a pagar a longo prazo, obrigações fiscais a longo prazo, provisões a longo prazo, demais obrigações a longo prazo e resultado diferido). No quadro principal na coluna Patrimônio Líquido consta as contas mínimas de Capital Social e Resultados Acumulados. Em quadro específico são evidenciados os ativos e passivos financeiros e permanente, bem como o passivo financeiro e permanente, além do saldo patrimonial. Ao final do balanço são evidenciados em quadro próprio as contas do sistema compensado com destaque para os atos potenciais dos ativos e passivos. O balanço mostra também quadro próprio com o superávit/déficit financeiro com códigos, descrição e saldos das fontes de recursos. Neste demonstrativo constam colunas com os saldos do exercício anterior possibilitando a comparação de valores. Por fim, o demonstrativo apresenta consistência entre as contas filhas e mães dos grupos de contas.</p>
<p>e.2.Saldos significativos de Caixa e Equivalentes de Caixa NÃO Disponíveis: Existem saldos significativos de caixa e equivalentes de caixa mantidos, mas que não estejam disponíveis para uso imediato por restrições legais ou controle cambial.</p>
<p>e.3.Transações de Investimentos e Financiamentos que não envolvem Caixa: Não houve operações de investimentos e financiamentos que modificaram o caixa das entidades do município.</p>
<p>e.4.Eventuais Ajustes relacionados às Retenções e Outras Operações: As retenções são consideradas como pagas no momento da liquidação, em contrapartida com contas do grupo extraorçamentários e apropriados orçamentariamente para cada caso, não implicando em interferência no saldo em espécie que necessitem de eventuais ajustes.</p>
<p>e.5.Ativos imobilizados obtidos a título gratuito: Não houve no exercício de 2017 bens recebidos por doação.</p>
<p>e.6.Transferência de Ativos: Não houve transferência de ativos para outras entidades que ensejem registro na entidade de origem.</p>
<p>e.7.Ativos Intangíveis obtidos a título gratuito: Não houve doação de ativos intangíveis no exercício de 2017.</p>
<p>e.8.Componentes patrimoniais avaliados por critérios distintos: Na mensuração dos bens do imobilizado foi utilizado um único critério de mensuração para toda a classe do ativo.</p>
<p>e.9.Ajustes decorrentes de Omissões e Erros em Anos Anteriores ou de Mudanças de Critérios: Não foram feitos ajustes significativos decorrentes da omissão e erros de registro de anos anteriores ou relativos a mudanças de critérios.</p>
<p>e.10.Detalhamento das Políticas de Ajustes, Depreciação, Amortização e Exaustão: Os bens móveis e imóveis foram registrados no patrimônio a custo histórico. Os valores registrados no balanço patrimonial relativo a ajustes, depreciação, amortização e exaustão, caso tenham ocorrido, foram disponibilizados pelo setor de patrimônio da entidade de forma sintética por classe e grupo de ativos. Foram utilizadas taxas diferentes de depreciação em função das características de cada bem, bem como os eventos e circunstâncias que levaram ao reconhecimento de inservibilidade de bens, no caso de perdas, consta de registro analítico de termo de baixa disponível no setor e patrimônio do município.</p>
<p>e.11.Relatório de Provisões e Passivos Contingentes: Não houve no exercício de 2017 provisões ou passivos contingentes registrados de um mesmo conjunto de circunstâncias.</p>
<p>e.12.Informações de Passivos Contingentes: Não foram realizados registros de passivos contingentes que acarretem estimativa de seus efeitos financeiros, indicação de incerteza em relação à periodicidade de saída, bem como da possibilidade de algum reembolso.</p>
<p>e.13.Informações adicionais (NBC T SP 01 – Item 106): Não houve situações relativas a passivos reconhecidos sujeitos a transferência de ativos, ou empréstimos subsidiados, bem como não houve ativos reconhecidos sujeitos a restrições ou recebimentos antecipados em relação a transações sem contraprestação. Não houve registro de passivos perdoados.</p>
<p>e.14.Heranças, Presentes e Doações (NBC T SP 01 – Item 107): Não houve registro de bens doados ou recebidos por heranças ou presentes.</p>
<p>e.15.Probabilidade de Benefícios Econômicos ou Potencial de Serviços (NBC T SP 03 – Item 105): Não houve entradas de benefícios econômicos ou potencial de serviços prováveis que se sujeitem a estimativas financeiras de recebimentos.</p>
<p>e.16.Avaliações Externas de Mensuração de Provisões (NBC T SP 03 – Item 103): Não houve avaliações externa de mensuração de provisões e laudos técnicos.</p>

f) PLANO DE IMPLANTAÇÃO DOS PROCEDIMENTOS CONTÁBEIS PATRIMONIAIS (PIPCP) CONFORME PORTARIA STN Nº 548/2015:

f.1. Demonstrativo de implantação das novas regras contábeis aplicadas ao setor público (Poder Executivo):				
A seguir detalharemos o plano de implantação dos procedimentos contábeis patrimoniais do município definidos no item 3.9 da Portaria STN nº 548, de 24 de setembro de 2015, utilizando como prazo fatal os prazos para municípios abaixo de 50.000 habitantes, mesmo que o porte da cidade seja maior.				
PROCEDIMENTOS CONTÁBEIS ORÇAMENTÁRIOS – PARTE I DO MCASP				
Ação	Adoção de Procedimentos Contábeis Orçamentários.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
1	Registros contábeis conforme MCASP.	Secretário de Finanças	Imediato	Concluída
PROCEDIMENTOS CONTÁBEIS PATRIMONIAIS – PARTE II DO MCASP				
Ação	1. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos créditos oriundos de receitas tributárias e de contribuições (exceto créditos previdenciários), bem como dos respectivos encargos, multas, ajustes para perdas e registro de obrigações relacionadas à repartição de receita.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
	Registros contábeis conforme MCASP.	Secretário de Finanças	01/01/2021	Em andamento
Ação	2. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos créditos previdenciários, bem como dos respectivos encargos, multas e ajustes para perdas.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
	Registros contábeis conforme MCASP.	Secretário de Finanças	01/01/2021	Concluída

MUNICÍPIO DE IBIMIRIM



Documento Assinado Digitalmente por: FRANCIANE APARECIDA RIBEIRO DE ARAUJO, JOSE ADAUTO DA SILVA, THIAGO RODRIGO DE SA
Acesse em: <https://tce.tec.pe.gov.br/epv/validaDoc.seam> Código do documento: be06dd0c-09f7-4e3b-466b-c8dee88c4d93

Ação	3. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos demais créditos a receber, (exceto créditos tributários, previdenciários e de contribuições a receber), bem como dos respectivos encargos, multas e ajustes para perdas.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
	Registros contábeis conforme MCASP.	Secretário de Finanças	01/01/2018	Em andamento
Ação	4. Reconhecimento, mensuração e evidenciação da Dívida Ativa, tributária e não-tributária, e respectivo ajuste para perdas.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
	Registros contábeis conforme MCASP.	Secretário de Finanças	01/01/2018	Em andamento
Ação	5. Reconhecimento, mensuração e evidenciação das obrigações e provisões por competência.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
	Registros contábeis conforme MCASP.	Secretário de Finanças	Imediato	Em andamento
Ação	6. Evidenciação de ativos e passivos contingentes em contas de controle e em notas explicativas.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
	Registros contábeis conforme MCASP.	Secretário de Finanças	01/01/2020	Em andamento
Ação	7. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos bens móveis e imóveis; respectiva depreciação ou exaustão; reavaliação e redução ao valor recuperável (exceto bens do patrimônio cultural e de infraestrutura).			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
	Registros contábeis conforme MCASP.	Secretário de Finanças	01/01/2020	Em andamento
Ação	8. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos bens de infraestrutura; respectiva depreciação, amortização ou exaustão; reavaliação e redução ao valor recuperável.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
	Registros contábeis conforme MCASP.	Secretário de Finanças	01/01/2023	Em andamento
Ação	9. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos bens do patrimônio cultural; respectiva depreciação, amortização ou exaustão; reavaliação e redução ao valor recuperável (quando passível de registro segundo IPSAS, NBC TSP e MCASP).			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
	Registros contábeis conforme MCASP.	Secretário de Finanças	01/01/2023	Em andamento
Ação	10. Reconhecimento, mensuração e evidenciação das obrigações por competência decorrentes de empréstimos, financiamentos e dívidas contratuais e mobiliárias.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
	Registros contábeis conforme MCASP.	Secretário de Finanças	01/01/2020	Concluído
Ação	11. Reconhecimento, mensuração e evidenciação das obrigações por competência decorrentes de benefícios a empregados (ex.: 13º salário, férias, etc).			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
	Registros contábeis conforme MCASP.	Secretário de Finanças	01/01/2018	Em andamento
Ação	12. Reconhecimento, mensuração e provisão atuarial do regime próprio de previdência dos servidores públicos civis e militares.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
	Registros contábeis conforme MCASP.	Secretário de Finanças	Imediato	Concluído
Ação	13. Reconhecimento, mensuração e evidenciação das obrigações com fornecedores por competência.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
	Registros contábeis conforme MCASP.	Secretário de Finanças	01/01/2016	Concluído
Ação	14. Reconhecimento, mensuração e evidenciação das demais obrigações por competência.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
	Registros contábeis conforme MCASP.	Secretário de Finanças	A ser definido em ato normativo específico da STN.	Concluído
Ação	15. Reconhecimento, mensuração e evidenciação de softwares, marcas, patentes, licenças e congêneres, classificados como intangível e eventuais amortizações, reavaliações e redução ao valor recuperável.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
	Registros contábeis conforme MCASP.	Secretário de Finanças	01/01/2021	Concluído
Ação	16. Outros ativos intangíveis e eventuais amortizações e reduções a valor recuperável.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
	Registros contábeis conforme MCASP.	Secretário de Finanças	A ser definido em ato normativo específico da STN.	Concluído
Ação	17. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos investimentos permanentes, e respectivos ajustes para perdas e redução ao valor recuperável.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
	Registros contábeis conforme MCASP.	Secretário de Finanças	01/01/2020	Concluído
Ação	18. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos estoques.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
	Registros contábeis conforme MCASP.	Secretário de Finanças	01/01/2022	Concluído
Ação	19. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos demais aspectos referentes aos procedimentos patrimoniais estabelecidos nas IPSAS, NBC TSP e MCASP.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
	Registros contábeis conforme MCASP.	Secretário de Finanças	A ser definido em ato normativo específico da STN.	Concluído
PROCEDIMENTOS CONTÁBEIS ESPECÍFICOS – PARTE III DO MCASP				
Ação	Registro de Procedimentos Contábeis Específicos – FUNDEB.			

MUNICÍPIO DE IBIMIRIM



Documento Assinado Digitalmente por: FRANCIANE APARECIDA RIBEIRO DE ARAUJO, JOSE ADAUTO DA SILVA, THIAGO RODRIGO DE SA
Acesse em: <https://stece.tce.pe.gov.br/epv/validaDoc.seam> Código do documento: be06dd0c-09f7-4e3b-466b-c8dee88c4d93

Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
1	Registros contábeis conforme MCASP.	Secretário de Finanças	Imediato	Concluída
Ação Registro de Procedimentos Contábeis Específicos – OPERAÇÕES DE CRÉDITO.				
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
1	Registros contábeis conforme MCASP.	Secretário de Finanças	Imediato	Concluída
Ação Registro de Procedimentos Contábeis Específicos – REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA.				
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
1	Registros contábeis conforme MCASP.	Secretário de Finanças	Imediato	Concluída
Ação Registro de Procedimentos Contábeis Específicos – DÍVIDA ATIVA.				
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
1	Registros contábeis conforme MCASP.	Secretário de Finanças	Imediato	Concluída
Ação Registro de Procedimentos Contábeis Específicos – PRECATÓRIOS.				
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
1	Registros contábeis conforme MCASP.	Secretário de Finanças	Imediato	Concluída
Ação Registro de Procedimentos Contábeis Específicos – CONSÓRCIOS.				
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
1	Registros contábeis conforme MCASP.	Secretário de Finanças	Imediato	Concluída

PLANO DE CONTAS APLICADO AO SETOR PÚBLICO – PARTE IV DO MCASP

Ação Adoção de Procedimentos Contábeis Orçamentários				
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
1	Evidenciação das demonstrações contábeis com a "Nova" estrutura do MCASP.	Secretário de Finanças	Imediato	Concluída

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS APLICADAS AO SETOR PÚBLICO – PARTE V DO MCASP

Ação Adoção de Procedimentos Contábeis Orçamentários				
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
1	Evidenciação das demonstrações contábeis com a "Nova" estrutura do MCASP.	Secretário de Finanças	Imediato	Concluída

JOSÉ ADAUTO DA SILVA
Prefeito

THIAGO RODRIGO DE SÁ
Contador
CRC-PE N° 027379/O-6